

vida urbana, há algo nessa expressão cultural que permanece: a centralidade do corpo como forma de autonomia, a valorização do confronto indireto da ginga e da malícia, a inteligência dos pés. Isto não quer dizer que ela retrata simplesmente uma maneira de ser. A questão que devemos nos colocar é, pois, por que ela ainda faz sentido: se tais expressões culturais resultam de uma experiência social particular — a relação entre negros e brancos no mundo urbano do Império e da jovem república — por que permanecem significativas até hoje como formas de representação do brasileiro? A única maneira de responder a essa questão é nos perguntarmos *para quem* essas expressões culturais fazem sentido: em primeiro lugar, a eficácia dessa representação não implica que a totalidade da população nela se reconheça. Em segundo lugar, apesar da aceitação da cultura mestiça como representação da brasilidade, isto não acarretou uma valorização da condição do negro enquanto tal, que continua, de uma forma mais ou menos generalizada, excluído do Brasil oficial. Finalmente, se o país parece aceitar com orgulho a malícia de seu povo, sua ginga e malandragem como definidores do seu caráter, ninguém aceita publicamente para si essas qualidades como virtudes. Assim, é preciso que nos perguntemos por que erigiu-se a malandragem, a capoeira, o jogo do bicho, o carnaval como manifestações da nacionalidade, entre tantas outras manifestações possíveis — o gauchismo, o cangaceiro, o barroco, etc.. Tudo leva a crer que essas imagens ainda constituem as melhores metáforas para expressar a incapacidade de o Brasil formal coincidir com o Brasil real. Nesse espaço vazio, o confronto político, direto e explícito, permanece menos eficiente do que a malícia ojezinho. Transformar essa condição em caráter é eximir-se de pensar outras formas possíveis, institucionais e simbólicas, de superação desse dilema.

Antropóloga, diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, pesquisadora do Cebrap

Análise por pares: conceito explicitado

Os novos formulários para solicitação de bolsas e auxílios da FAPESP vão conter uma declaração para ser assinada pelos candidatos a qualquer dos dois tipos de fomento, nos seguintes termos: *Declaro que tenho conhecimento da sistemática de avaliação por pares adotada pela FAPESP para a análise de solicitações neste programa. Autorizo que esta solicitação seja analisada segundo essa sistemática e, em particular, que ela seja submetida ao exame de pesquisadores escolhidos pela FAPESP, cujas identidades serão mantidas em sigilo.*

A Fundação passa a adotar agora esse procedimento, dentro de uma preocupação mais ampla

No texto em que propõe a nova declaração para os formulários de pedidos de bolsas e auxílios, *Processo de Avaliação: o Sistema de Análise por Pares*, a Diretoria Científica (DC) da FAPESP explica que nesse sistema “cada solicitação é examinada por um ou mais pesquisadores da respectiva área de conhecimento, que emitem pareceres de mérito, na qualidade de assessores *ad hoc*, sem nenhum vínculo formal

Conceito explicitado III

Outro aspecto do conceito de análise por pares usado pela FAPESP: é de fundamental importância o sigilo que protege o assessor *ad hoc*, em cada avaliação. A experiência internacional e a experiência já acumulada pela FAPESP demonstram que o bom funcionamento desse sistema de avaliação exige tal sigilo. “É inquestionável que o grau de independência e objetividade das avaliações entre pares é proporcional ao grau de fidedignidade da garantia de sigilo oferecida pela agência quanto à identidade desses assessores”, diz o texto sobre análise por pares. Por isso mesmo é que o Conselho Superior da FAPESP determinou que toda solicitação de parecer a um assessor *ad hoc* seja encaminhada junto com um compromisso expresso, por parte da Funda-

ção, com a explicitação do conceito de análise por pares que vem utilizando desde o começo de sua história. O conceito, sem dúvida, era bem conhecido da comunidade científica paulista, mas não estava detalhado em qualquer texto formal ou documento da Fundação. Com o crescimento explosivo do número de solicitações encaminhadas à FAPESP nos últimos anos, o que reflete simultaneamente o crescimento do número de bolsistas e pesquisadores em São Paulo e a abertura de programas da FAPESP para novos públicos (por exemplo, empresários e professores do ensino médio e fundamental), a clara explicitação do que significa essa análise por pares tornou-se imperiosa.

Conceito explicitado II

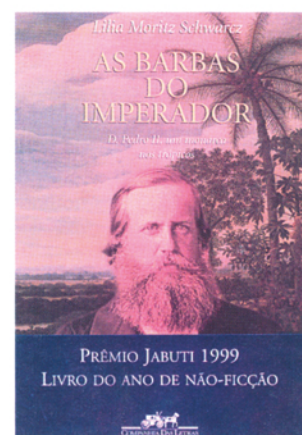
São esses pareceres as bases indispensáveis para as decisões da FAPESP, “à qual não cabe pronunciar juízos de valor sobre as solicitações, mas apenas intermediar a avaliação das propostas dos pesquisadores por seus próprios pares”. A DC enfatiza ainda que, nos casos em que o parecer recomenda o não atendimento da solicitação, é garantido ao candidato a bolsa ou auxílio o mais amplo direito de re-

correr da decisão negativa. Esse recurso deve ter a forma de um pedido de reconsideração, com base na discussão das objeções levantadas pelo assessor *ad hoc* e, no limite, pode implicar o pronunciamento de outros assessores *ad hoc*. Porque, conforme o texto, o exercício amplo do direito de recurso “é a contrapartida necessária do peso que têm os pareceres dos assessores externos nas decisões da Diretoria Científica”.

ção, de “observância dessa confidencialidade”. Em contrapartida, os assessores se comprometem a manter sigilo quanto ao conteúdo de seus pareceres. O sistema de análise por pares envolve, assim, um vínculo de confiança entre a FAPESP e seus assessores “que não pode ser rompido sob nenhum pretexto”. Trata-se de um vínculo, segundo o professor Perez, similar ao que se estabelece entre médico e paciente, ou entre jornalista e fonte. E é sobre essas bases que a FAPESP pode contar com cerca de 6 mil assessores *ad hoc*, pesquisadores do mais alto nível, que viabilizam, de fato, um sistema de avaliação de projetos de pesquisa considerado um dos mais aperfeiçoados em termos internacionais.

Até porque, como bem observa o diretor científico da Fundação, professor José Fernando Perez, há diferentes modos de fazer análise por pares, preservando-se seu princípio básico: avaliação realizada por iguais — o que, no universo da pesquisa científica, sempre significa pesquisadores avaliando projetos de outros pesquisadores. Assim, a análise pode ser feita por meio de comitês especializados, modelo adotado, por exemplo, pelos NIH, nos Estados Unidos, e pelo CNPq, no Brasil, por uma extensa rede de assessores, como fazem a NSF, nos Estados Unidos, e a FAPESP, no Brasil, ou por outros modelos.

Prêmio Jabuti 99



O livro *As Barbas do Imperador*, da historiadora Lília Moritz Schwartz, vencedor do Prêmio Jabuti 1999 como Livro do Ano de Não-Ficção, foi resultado de pesquisa parcialmente financiada pela FAPESP e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).